



ACÓRDÃO Nº394/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11869/2018.

Apenso: Processo nº 14821/2018.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização do Trânsito - MANAUSTRANS

4- Exercício: 2017.

5- Responsável: Franklin Jana Pinto (Ordenador de Despesa).

6- Advogado: Não Possui.

7- Unidade Técnica: DICOP e DICA-MA.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 5511/2018-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização do Trânsito - MANAUSTRANS. Exercício de 2017.

Regularidade com ressalvas. Determinação. Quitação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar Regular com Ressalvas as Contas do **Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização do Trânsito – Manaustrans**, referentes ao exercício financeiro de **2017**, de responsabilidade do **Sr. Franklin Jana Pinto**, nos termos do art. 1º, II, 22, II, e 24 da Lei 2423/1996 e art. 188, § 1º, II, e 189, II, da Resolução 04/2002 – TCE/AM;

10.2. Determinar à atual gestão do Manaustrans:

10.2.1. O devido saneamento das pendências de inventário de bens, com os lançamentos correspondentes no Sistema PMM, módulo Patrimônio, visto que essa pendência advém de 2015;

10.2.2. A elaboração de estudo de viabilidade em contratos de locação;

10.2.3. A busca por alternativas para que as cláusulas do contrato com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT sejam mais adequadas às necessidades e à realidade da Unidade Gestora, tendo em vista os princípios da eficiência, razoabilidade e supremacia do interesse público;

10.2.4. A elaboração de relatórios de atividade em viagens que venham a ocorrer, observando o Princípio da Supremacia do Interesse Público;



ACÓRDÃO Nº394/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.2.5. A observância, em Concurso Público vindouro, à adequação de turnos e ao regime jurídico aplicado aos servidores;

10.2.6. A adoção de cautelas necessárias para proteger os levantamentos já realizados e registrados em planilha *Excel*, com fins de salvaguardar os dados já recuperados, com rotinas periódicas de *backup*;

10.3. Determinar à Secretaria Municipal de Finanças, Tecnologia da Informação e Controle Interno – SEMEF, caso ainda não tenha procedido tais medidas, que:

10.3.1. Adote as providências necessárias para realizar o pagamento do valor de **R\$ 810.999,75** (oitocentos e dez mil, novecentos e noventa e nove reais e setenta e cinco centavos), referente à aquisição de 165 microcomputadores da Empresa **Systech Sistemas e Tecnologia em Informática Ltda**, recebidos em 16/05/2017, para que se obedeça à ordem cronológica preceituada no art. 5º da Lei 8.666/93;

10.3.2. Proceda à abertura de procedimento administrativo para apurar quem deu causa ao supracitado atraso, contrariando o art. 5º da lei 8.666/93;

10.4. Dar quitação ao Sr. Franklin Jana Pinto, nos termos dos arts. 24 e 72, II, ambos da Lei n. 2423/1996, c/c o art. 189, II, da Resolução 04/2002 – TCE/AM;

10.5. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno a adoção das providências referentes à comunicação aos interessados e, após o trânsito em julgado, o arquivamento, nos termos regimentais.

11- Ata: 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 21 de Maio de 2019.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral